

# O PROCESSO DE MEMORIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS: O LEGADO DE MAIO 68 E DE COIMBRA 69

JOÃO PEDRO ROSA FERREIRA

## INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

O artista plástico chileno Marcelo Brodsky tem por estes dias em exposição num museu de Lisboa a mostra “Maio 68: O Fogo das Ideias”. Entre os quadros expostos, Portugal é representado por um trabalho gráfico sobre uma foto com o título “Coimbra 1969”, mostrando soldados a desfilarem perante manifestantes com cartazes contra a repressão e a guerra colonial. Outras obras da mesma exposição representam momentos equivalentes para a memória coletiva de outros povos e países, incluindo o Brasil. Fazer história, pensar a história, con-tar a história. As coisas feitas – *res gestae* – e a narrativa dessas coisas, *rerum gestarum*: o velho problema da nossa disciplina materializou-se nos dias agitados de Maio de 68 em Paris ou da primavera de 1969 em Coimbra, que deixaram uma marca indelével no processo de memorização e na construção das narrativas históricas.

Para além dos acontecimentos concretos, a história faz-se também a partir da memória coletiva e das memórias individuais (NORA: 1984, vii-xlii). Nada melhor do que as recordações, naturalmente seletivas, dos protagonistas para construir essa memória – necessária, mas não suficiente, para a edificação de uma narrativa histórica, tributária da categoria da temporalização e já dotada de uma “perspectiva temporal na qual passado e futuro realinham-se recíproca e alternadamente, de maneira contínua” (KOSELLECK: 2011, 17).

Na edição de 10 de maio último, a *New York Review of Books* publicou uma conversa entre Daniel Cohn-Bendit, o mais conhecido líder estudantil de Maio 68, originalmente de tendência anarquista, dirigente do Movimento 22 de Março (data do início dos protestos no *campus* de Nanterre da Universidade de Paris, motivados pela reivindicação dos estudantes de poderem frequentar os

dormitórios das estudantes, o que era proibido) e o politólogo alemão Claus Leggewie, outro veterano de 68.

Cohn-Bendit, ex-eurodeputado eleito sucessivamente pelos Verdes alemães e franceses, sublinha: “O sentimento que tínhamos nesses dias e que me marcou para toda a vida foi: estávamos a fazer história. Um sentimento exaltante – de repente, nós tínhamo-nos tornados agentes na história do mundo.” Sobre a célebre foto que o retrata a sorrir com ar provocador face a um CRS (polícia de choque), comentou: “De certo modo, esta imagem é a minha tese de doutorado – afinal, depois disso eu nunca voltei à universidade como estudante. Ela fez de mim um ícone da revolta.”

Passados 50 anos da revolta dos estudantes parisienses, Cohn-Bendit co-loca o movimento em perspectiva:

Nós, libertários de esquerda, éramos anticapitalistas e anticomunistas. Havia todas as espécies de fações loucas no campo comunista, incluindo quatro grupos trotsquistas e outros tantos maoistas que invocavam a Revolução Cultural chinesa para criticarem a democracia liberal e apoiarem países como a Coreia do Norte ou a Albânia. O secretário-geral do PCF, Georges Marchais, escreveu um editorial no jornal do partido, *L’Humanité*, em que me chamava ‘o anarquista alemão Cohn-Bendit’. Não escreveu, mas toda a gente percebeu que o que ele queria dizer era ‘o judeu alemão’ (COHN-BENDIT e LEGGEWIE: 2018).

A solidariedade de que foi alvo na altura em que era perseguido pelas autoridades gaullistas e, ao mesmo tempo, pela ortodoxia comunista, leva Cohn-Bendit a reconhecer, hoje, que “em termos morais, foi esse o maior evento de 1968: africanos, árabes, todo o mundo se autoproclamou ‘indesejáveis judeus alemães’. Foi nesse momento que nasceu o multiculturalismo”, afirma.

Sobre os apoios internacionais, nomeadamente às lutas anticoloniais, Cohn-Bendit contextualiza hoje com o recuo histórico proporcionado por uma distância de meio século: “Camus tinha razão, Sartre não tinha.” Explica que Albert Camus era a favor da independência da Argélia, mas não apoiou a Frente de Libertação Nacional, movimento de guerrilha que depois da independência se transformou em partido único.

[...] infelizmente, fomos lentos a perceber que os novos governantes perverteram o impulso da libertação. Quando se lê *Os Condenados da Terra*, de Franz Fanon, prefaciado por Sartre, aquilo é muito violento, é mesmo sanguinário. Não admira que tenha sido o livro preferido do [grupo terrorista alemão] Baader-Meinhof (COHN-BENDIT e LEGGEWIE: 2018).

O antigo líder estudantil fala em seguida da evolução política de muitos ativistas de 1968, incluindo ele próprio, que trocaram o verbalismo revolucionário pelo pragmatismo reformista:

[...] quando nos juntámos aos Verdes reconhecemos uma lição importante: a violência pseudo-revolucionária nunca mudaria nada, mas as reformas pacíficas poderiam fazê-lo. Alguns insistiram que [Joschka] Fischer<sup>1</sup> seria para sempre inaceitável como ministro das Relações Exteriores porque antigamente tinha atirado pedras e participado em confrontos com a polícia. Isso é tão burro como quando extremistas de esquerda sequestraram o industrial Hans Martin Schleyer, em 1977, com o pretexto de ele ter sido membro das SS, ignorando totalmente que ele se tinha tornado uma pessoa diferente desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Quando Schleyer foi assassinado, ele foi a vítima e os terroristas do Baader-Meinhof, que perpetraram o crime, foram os verdadeiros fascistas (COHN-BENDIT e LEGGEWIE: 2018).

E para concluir que o espírito de 68 não só se incorporou na memória construída como continua vivo e ativo, Cohn-Bendit dá um exemplo recente:

O sindicato dos operários metalúrgicos alemães [um dos mais poderosos do mundo], o IG Metall, negociou recentemente um acordo salarial que permite aos trabalhadores optar por aumentos do salário ou do tempo livre – o que lhes permitiu recuperar alguma soberania em relação ao tempo. 50 anos depois de 1968 acho isto fenomenal. Penso que está muito dentro do espírito de 68, porque encontramos aqui não uma flexibilidade ditada pelo capitalismo global, mas imposta pelos próprios humanos (COHN-BENDIT e LEGGEWIE: 2018).

Mas apenas dez anos depois de Maio, o balanço traçado por um dossiê especial da revista portuguesa *Raiç & Utopia* já apontava para o contributo daqueles acontecimentos para a construção da memória e de uma nova perspectiva na narrativa histórica. Um dos inquiridos foi Edgar Morin:

[...] a mensagem de Maio é confusa e incompleta. Maio não é uma solução, mas um nó górdio. Põe o problema de uma nova política, que não se baseia numa língua de pau [*langue de bois*], numa visão unidimensional do homem e das sociedades [...]. Não impôs respostas nem linhas políticas – mas abriu o campo social e cultural à dimensão pluralista das palavras, dos atores sociais e das diferenças (MORIN: 1978, 72).

## UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA IMEDIATA

Em maio de 1968, o filólogo, ensaísta e historiador da literatura António José Saraiva – coautor (com Óscar Lopes) da mais reeditada *História da Literatura Portuguesa* e autor da *História da Cultura em Portugal*, além de dezenas de ensaios sobre Fernão Lopes, Camões, Padre António Vieira ou Alexandre Herculano – estava exilado em Paris, e lá continuou quando seu irmão José Hermano Saraiva

<sup>1</sup> Ex-líder estudantil alemão que se tornou dirigente dos Verdes e participou no governo de coligação com os sociais-democratas do chanceler Gerhard Schröder como vice-chanceler e ministro das Relações Exteriores entre 1998 e 2005.

se tornou ministro da Educação no último governo de Salazar. Dissidente do PCP, Saraiva acompanhou de perto a agitação e refletiu, a quente, sobre os acontecimentos: logo no ano seguinte publicou *Maio e a crise da civilização burguesa*, onde escreveu:

Só por outra via se pode esperar uma transformação da civilização e da vida. Só de uma semente nova que os sindicatos, os partidos, as instituições, as ideologias estabelecidas, não conhecem. Ela germina na arte, nas formas profundas, intersubjetivas, não racionalizadas das relações entre as pessoas. [...] A semente de que falo é a subjetividade, que ficou à margem do Progresso, mas que aflora na História de maneira incompreensível para os historiadores burgueses. É dela que nascem experiências místicas de várias religiões; aventuras absurdas do ponto de vista burguês, como a de Francisco de Assis ou a de Gandhi; revoltas como a de Tolstói. É ela que se manifesta na criação artística, que transcende sempre a consciência. Em vão o cientismo burguês quis explicar pela teoria da Raça-Meio-Momento, ou pela das superestruturas, ou por outras igualmente ridículas. É por ela que se explica, por exemplo, no seio do Império Romano, a expansão irresistível do cristianismo primitivo [...]. A transformação do mundo – se é que ele é transformável – será obra de uma mudança espiritual. [...] Tudo isto nos leva a atribuir ao fator Cultura uma importância que o marxismo lhe recusa pelo simples facto de o considerar como uma ‘supraestrutura’ ou um ‘epifenômeno’!. Só há verdadeira crise revolucionária lá onde há duas culturas que se combatem. Se não fosse a minha relutância pelas fórmulas publicitárias (especialmente as da moda) e o meu receio de ser arrumado numa classificação ideológica, diria que toda a verdadeira revolução é cultural (SARAIVA: 1969, *passim*).

Acusado de esquerdista pelos comunistas ortodoxos, o livro foi alvo de uma polémica na revista *O Tempo e o Modo*, uma publicação em que pontificavam católicos progressistas, marxistas desalinados e maoistas. Saraiva, que acabara de romper com o PCP, é acusado de não ir mais longe na crítica radical: chamaram-lhe um “burguês assustado pela revolução”, movido por “estímulos irracionais” e por “vontade de marginalidade que escamoteia gravemente o capitalismo” (CARDOSO: 2018).

## COIMBRA 1969

Embora tivesse havido estudantes e exilados portugueses envolvidos nos acontecimentos de Paris – um deles, o jornalista José Manuel Rodrigues da Silva (falecido em 2009), durante muitos anos editor do *Jornal de Letras*, metia sempre férias em maio para ir a Paris beber uma cerveja à saúde dos que tinham lutado nas barricadas de 1968 – em Portugal, maio aconteceu quase um ano depois, em Coimbra, em abril de 1969.

O Cohn-Bendit português chama-se Alberto Martins. Tal como o franco-alemão tem hoje 73 anos, e também ele trocou o esquerdismo pela política *mainstream*. Logo a seguir ao 25 de abril de 1974 aderiu a um grupo esquerdista com alguma popularidade entre os intelectuais, o Movimento de Esquerda Socialista (MES, de que fez parte, por exemplo, o antigo Presidente de Portugal Jorge Sampaio), mas em 1986 aderiu ao PS. Foi deputado e ministro por duas vezes, a última das quais da Justiça. Em 1969, Martins era o presidente da Associação Académica de Coimbra e, no dia 17 de abril desse ano, na inauguração do edifício das Matemáticas, levantou-se e pediu a palavra, em nome dos estudantes, ao Presidente da República, Américo Tomás, na presença do ministro da Educação, José Hermano Saraiva (mais tarde embaixador no Brasil). Não o deixaram falar, a cerimónia terminou atabalhoadamente e, à saída, os estudantes apuparam o Presidente Tomás.

Nessa noite, Alberto Martins foi preso pela polícia política, a PIDE, e começou a Crise Académica que alastrou às universidades de Lisboa e do Porto e se prolongou até setembro, com greves aos exames em junho e julho, com encerramento da Universidade de Coimbra e a ocupação policial e militar da cidade. Muitos dos estudantes grevistas foram presos, expulsos da universidade, incorporados compulsivamente no exército e enviados para a guerra colonial.

Durante a greve, os estudantes organizaram manifestações quase diárias e eventos para ganharem o apoio da população, como o “Dia da Flor”, em que ofereceram flores aos polícias. O luto académico, com a suspensão de todas as atividades e cerimónias, incluindo a praxe e seus rituais, prolongou-se até 1980, bem depois do 25 de Abril.

Quando o clube dos estudantes, a Académica, se qualificou para a final da Taça (copa) de Portugal em futebol foi o delírio. No dia 22 de junho de 1969, milhares de universitários viajaram para Lisboa e marcaram presença no Estádio Nacional, ostentando cartazes alusivos ao protesto coimbrão, que a polícia não conseguiu impedir que exibissem nas bancadas. Os jogadores da Académica – todos estudantes – apresentaram-se em campo com o equipamento habitual, todo negro, e saudaram o público trajados com as capas negras em posição de luto. Conseguiram o apoio da maioria dos espectadores. Nunca se viu tamanho aparato policial num jogo de futebol no país. Foi a primeira vez que a televisão não transmitiu em direto uma final da Taça de Portugal. E foi a primeira vez que um Presidente das República não esteve presente para entregar a copa ao vencedor, que foi o Benfica. Se não fosse o golo de Eusébio, já no tempo extra, a Académica poderia ter ganhado e, nesse caso, já havia um plano que passava pela saída dos estudantes do estádio em manifestação. Com risco de um banho de sangue...

Embora o fim da “crise académica” tivesse sido declarado em setembro/outubro de 1969, com a segunda época de exames e o início do novo ano letivo, as universidades portuguesas não voltaram a ser as mesmas. A contestação estudantil ao regime assumiu diversas formas e culminou na morte de um

estudante (Ribeiro Santos, de Direito), abatido a tiro por um membro da polícia política durante uma reunião em Económicas, em 1972.

Até ao 25 de abril de 1974, várias faculdades foram encerradas e o governo criou um novo corpo parapolicial de vigilantes – a que os estudantes chamavam “gorilas” – para tentar manter a ordem na academia. Sem sucesso, na maior parte dos casos.

## DA MEMÓRIA À HISTÓRIA

Com a Sorbonne prestes a atingir o ponto de ebulição, a 8 de maio de 1968 – precisamente dois dias antes da “noite das barricadas” no boulevard Saint-Michel (sexta-feira, 10 de maio de 1968) – Emmanuel Le Roy Ladurie publicou no magazine de informação geral *Le Nouvel Observateur* um texto profético intitulado “*L'historien et l'ordinateur*” (“O historiador e o computador”). Aí antecipava a importância dos computadores como ferramentas de trabalho dos profissionais da história. Aí deixava também um aviso que, infelizmente, nem sempre foi seguido: “[...] em história, como no resto, o que conta não é a máquina, mas o problema” (LE ROY LADURIE: 1973, 11)<sup>2</sup>. Foi também num jornal dirigido ao grande público, na edição de 19 de setembro de 1968 do diário *Le Monde*, que o autor de *Le territoire de l'historien* escreveu, já na ressaca da revolta estudantil, mas eivado do espírito irreverente que passaria dali em diante a ser conhecido como *soixante-huitard*, uma reflexão sobre o doutorado como pilar da universidade e da instituição-tese como instrumento de seleção/repressão burocrática. Concluía propondo que o grau fosse atribuído, por equivalência à temível tese, a um conjunto de trabalhos importantes (livro, artigos, realizações pedagógicas). O título do artigo era uma provocação baseada num trocadilho com o título da incendiária ‘bíblia’ anticolonialista de Franz Fanon, *Os Condenados da Terra* (*Les damnés de la Terre*, na edição francesa da Maspero) – “*Apologie pour les damnés de la thèse*” (LE ROY LADURIE: 1973, 537-542).

Quarenta anos depois dos acontecimentos de Paris, Daniel Roche participou num colóquio no Collège de France intitulado *Le Mai 68 des historiens*. Entre identités narratives et histoire orale (ROCHE: 2008). Roche faz uma espécie de balanço das mudanças ocorridas no universo da história a partir daquela data charneira. Sublinha uma certa dose de politização correspondente a formações intelectuais diferentes por parte dos historiadores, a transformação dos estudos históricos na sua relação com as ciências sociais, a sociologia e a antropologia, e ainda o papel acrescido da pesquisa e da interdisciplinaridade.

<sup>2</sup> Tradução minha.

<sup>3</sup> Autor, entre outras obras, de (1989). *La culture des apparences. Essai sur l'Histoire du vêtement aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: A. Fayard; (1997). *Histoire des choses banales. Naissance de la Société de consommation, XVIIIe-XIXe siècle*. Paris: A. Fayard; ou (2003). *Humeurs vagabondes, De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: A. Fayard.

Naturalmente que um tema como “a ligação entre Maio 68 e a evolução das disciplinas históricas” não podia deixar de suscitar uma discussão animada, com o regresso do acontecimento, sobretudo na história política, o pôr em questão da história social, o recrudescimento dos assuntos culturais e a proliferação (émiettement, diz Roche) das temáticas. Maio 68 teve um efeito acelerador na emergência de novos métodos e novos objetos de estudo, novas fontes e novas questões, acentuando a dimensão problematizadora da disciplina.

Um caso paradigmático foi a valorização da história oral como método e como meio de identificar a construção/desconstrução de um campo de estudo. Os historiadores que viveram Maio 68 e os que vieram depois foram incitados a olhar para fora das universidades e a responderem a uma “tripla exigência que se joga entre o passado e o presente: a da abertura dos espaços, do jogo das escalas temporais e a da adaptação apropriada do questionário”. Os historiadores aprenderam que “podem ser boas testemunhas sem por isso negarem o seu compromisso, o seu engajamento ativo ou passivo, entre a história efetiva e a história dita dos atores do ‘Futuro Passado’, para retomar a expressão de Reinhard Koselleck” (ROCHE, 2008)<sup>4</sup>.

## A ‘NOVA HISTÓRIA’ E A NOVA HISTÓRIA

Talvez o mais importante legado de Maio 68, no campo específico da história, tenha sido o aparecimento de novos problemas, novas contribuições e novos objetos – justamente os temas de cada um dos três volumes de *Fazer a História*, a seminal obra coletiva coordenada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, em 1974:

[...] há uma história nova. A que se quer apresentar aqui. A novidade parece residir em três processos: novos problemas põem em causa a própria história; novas contribuições modificam, enriquecem, transformam os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história. [...] a provocação mais grave infligida à história tradicional é, sem dúvida, a que esboça uma nova concepção de uma história contemporânea, que se procura através das noções de história imediata ou de história do presente que, recusando reduzir o presente a um passado incoativo, põe em causa a definição bem estabelecida da história como ciência do passado. [...] A história nova [...] afirma-se [...] pela consciência da sua sujeição às condições de produção. Não é sem razão que cada vez mais se interessa por si própria e concede um lugar sempre maior e mais privilegiado à história da história. Produto, interroga-se, também, acerca do seu produtor, o historiador. [...] Ciência do domínio do passado e da consciência do tempo, deve, ainda, definir-se como ciência da mudança, da transformação (LE GOFF e NORA, 1977, 14).

<sup>4</sup> Tradução minha.

Vale a pena enumerar alguns desses novos problemas, trazidos à discussão por confrades nossos tão inspiradores como François Furet (“O quantitativo em história”); Paul Veyne (“A história conceptualizante”); Henri Moniot (“A história dos povos sem história”); Georges Duby (“História social e a ideologia das sociedades”); Pierre Vilar (“História marxista, história em construção”) ou o próprio Nora (“O regresso do acontecimento”). No volume dedicado aos novos objetos (LE GOFF e NORA: 1974), destaque para “O clima: A história da chuva e do bom tempo” (Emmanuel Le Roy Ladurie); “As mentalidades: uma história ambígua” (Jacques Le Goff); “O livro : uma mudança de perspectiva” (Roger Chartier e Daniel Roche); “Os jovens, o cru, a criança grega e o cozido” (Pierre Vidal-Naquet); “O corpo: o homem doente e a sua história” (Jean-Pierre Peter e Jacques Revel); “A cozinha: uma ementa do séc. XIX” (Jean-Paul Aron); “A opinião pública: apologia das sondagens” (Jacques Ozouf); “O filme: uma contra-análise da sociedade” (Marc Ferro); ou “ A festa: sob a Revolução francesa” (Mona Ozouf).

Estes contributos e ainda mais alguns – que viriam a tomar conta das páginas da nova série da revista *Annales* – foram pouco depois sistematizados e apresentados sob a forma de dicionário enciclopédico no volume *La Nouvelle Histoire*, dirigido por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (1978).

Um tema que podemos considerar filho dileto de Maio é o estudo da marginalidade e da exclusão. A obra que marca a irrupção dos marginais na história académica é a coletiva *Les marginaux et les exclus dans l'histoire*, onde se recolheram, entre outros ensaios, “Les marginaux dans l'Occident médiéval”, de Jacques Le Goff; “La ‘Monarchie d’argot’ entre le mythe et l’histoire”, de Roger Chartier; ou “Folles et travelos”, de Esther Newton. Na apresentação da obra, Bernard Vincent segue a pista do conceito e data-lhe a certidão de nascimento:

Lembre-mo-nos do que foi escrito a propósito dos acontecimentos de maio 68 e dos seus atores. Chamaram-lhes *pègre* [submundo], desempregados, *clochards* [vagabundos], *catangueses*<sup>5</sup>, irredutíveis, *voyous* [malandros], elementos descontrolados e, sobretudo, *enragés* [raivosos]. O marginal ainda não tinha nascido. Mas andavam à procura dele. Não há dúvida de que a explosão de maio, através das esperanças ou das angústias que engendrou, serviu de revelador. Começou então a falar-se de crise de civilização. As primeiras aparições do uso do vocábulo marginal ou marginais datam provavelmente de 1972, a sua generalização de 1973 (VINCENT: 1979, 7-8)<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Inspirada nos rebeldes do Katanga, uma província secessionista do Zaire (atual República Democrática do Congo), a designação foi dada a um ‘comando’ de extrema-esquerda cuja chefia foi atribuída a Pierre Goldman, um dirigente estudantil – da União dos Estudantes Comunistas – no Maio de 68, que passou à luta armada e se converteu ao banditismo. Condenado por um assalto, Pierre Goldman acabou assassinado em circunstâncias nunca esclarecidas.

<sup>6</sup> Tradução minha.



Escrita a quente, durante e imediatamente após a revolta estudantil, entre maio e setembro de 1968, “La prise de parole”, de Michel de Certeau (1994), é uma ferramenta importante para a construção da narrativa histórica que estamos a acompanhar. Foi mesmo uma “tomada da palavra” que acompanhou a tomada das ruas pela multidão entusiástica que não se limitava a reivindicar, mas assumia em mãos o poder de “mudar a vida”, algo que maravilhou e suscitou a gratidão do autor. Sintomaticamente, no mesmo volume em que publicou “La prise de parole”, Certeau juntou-lhe outros textos políticos, escritos entre 1975 e 1985, em que descreveu a evolução de uma determinada consciência política na América Latina nas relações do dia a dia entre pessoas comuns. Através de diferentes lugares e circunstâncias, a atenção do autor é atraída para o nascimento possível de um destino *propre*, jogando aqui na polissemia da palavra que, em francês, tanto significa “próprio” como “limpo”.

Noutra obra de referência, *A Escrita da História*, Certeau debruça-se sobre a narrativa de Jean de Léry sobre a sua estadia na baía do Rio de Janeiro, entre os tupis, de 1576 a 1578 – *Histoire d'un voyage faicte en la terre du Brésil* (1578) – a que Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, chamou o “breviário do etnólogo”. Certeau en-contra nessa obra uma “hermenêutica do outro” (CERTEAU: 1975, 227-236) e a “palavra erotizada” (*ibidem*, 236-241).

Igualmente engajado na construção de uma narrativa histórica que nunca dissociou da sua ‘praxis’, Claude Lefort – colaborador de Cornelius Castoriadis na revista antiautoritária *Socialisme ou Barbarie* – escreveu em *As Formas da História*:

[...] não cessámos de interrogar-nos sobre as formas da história: sobre a distinção entre uma história regida por um princípio de conservação ou de repetição e uma história que, por princípio, dá lugar ao novo; sobre a distinção entre uma história indefinida à qual pode ser reportado todo o encadeamento de acontecimentos ou toda a transformação de estruturas sociais e uma história de algum modo inscrita no tecido das relações sociais; enfim, sobre a distinção entre uma história visível, a que dá a ler a mudança, sob todas as suas formas, e uma história invisível que, numa dada sociedade, subjaz às instituições vigentes e constitui a dimensão temporal da vida social (LEFORT: 1978, 10)<sup>7</sup>.

Em quadrantes político-ideológicos opostos, foram herdeiros de Maio *bon gré mal gré* René Rémond, pioneiro da nova história política, e Raymond Aron, que se autointitulava um “espectador engajado” (sendo muito mais do que isso), o anti-Sartre a quem o tempo e a história acabaram por dar razão. O autor de *O Ópio dos Intelectuais* (ARON: 1986) sempre denunciou todos os totalitarismos, a começar pelo maoísmo e pelo guevarismo que o autor de *As Mãos Sujas* tanto elogiava – também ele refletiu na sua obra, mesmo que em negativo, a narrativa histórica construída nos trilhos de Maio.

<sup>7</sup> Tradução minha.

## ESTRUTURALISMO, *LINGUISTIC TURNE* O QUE VEIO DEPOIS

O pós-Maio 68 assistiu à consagração acadêmica e mediática do estruturalismo e respetivos *compagnons de route*, rapidamente desalojados pelos pós-estruturalistas. Não sendo historiadores, tanto o psicanalista Jacques Lacan como o sociólogo Pierre Bourdieu, o semiólogo Roland Barthes, a psicanalista e crítica literária Julia Kristeva, os filósofos Louis Althusser, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e, sobretudo, Michel Foucault, influenciaram as chamadas “terceira geração” (Le Roy Ladurie, Jacques Revel, Philippe Ariès) e “quarta geração” (encabeçada por Roger Chartier) dos *Annales* e a historiografia em geral.

Conceitos como desconstrução e *différance* (DERRIDA: 1967, 428) – postulados antes de 1968, tiveram forte impacto no movimento –, práticas e formações discursivas (FOUCAULT: 1969, 44-54; DREYFUS e RABINOW: 1984, 90-118), arqueologia (FOUCAULT: 1969, 17-183), genealogia (DREYFUS e RABINOW: 1984, 155-184), hipótese repressiva (FOUCAULT: 1975, 173-196; DREYFUS e RABINOW: 1984, 187-194) ou biopoder (DREYFUS e RABINOW: 1984, 195-207) permearam a discussão sobre e a escrita da história.

De influência mais restrita, merece apesar disso destaque num estudo sobre a construção da narrativa histórica tendo como pano de fundo Maio 68 o estruturalismo genético de Lucien Goldmann, estimulante pensador marxista e teorizador de conceitos como visão do mundo (GOLDMANN: 1979, 13-114), aposta (*ibidem*, 315-337; 1980, 169-190), consciência possível (GOLDMANN: 1970, 121-129) e estrutura significativa (GOLDMANN: 1980, 107-117).

Conta-se que o filósofo Paul Ricoeur, fisicamente frágil, enfrentou corajosamente os estudantes que, nos ardores de Maio, contestavam a sua autoridade professoral, com uma frase lapidar: “Por que é que eu devo falar e vocês devem ouvir-me? Porque eu li mais livros do que vocês.” Anos antes de ter como assistente de filosofia um jovem fadado para altos voos na política chamado Emmanuel Macron, o autor de *Tempo e Narrativa* refletiu de forma luminosa – e inspiradora para os historiadores – sobre temas como as aporias da experiência do tempo; a construção da intriga; a narratividade (RICOEUR: 1983, 19-129); ou as metamorfoses da intriga (RICOEUR: 1984, 17-58). Mas também sobre a poética da narrativa – história, ficção, tempo; entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico; a realidade do passado histórico: o Mesmo, o Outro, o Análogo (RICOEUR: 1985, 181-283). E esclareceu-nos – ou suscitou-nos ainda mais dúvidas, mas agora mais bem informadas – sobre o entrecruzar da história e da ficção: a ficcionalização da história e a historicização da ficção (*ibidem*, 329-348). Para, finalmente, ajudar-nos a refletir sobre uma hermenêutica da consciência histórica: o ser-afetado pelo passado, a totalidade e a totalização, até à aporia da inescrutabilidade do tempo e os limites da narrativa (*ibidem*, 374-489).

Ricoeur não era um historiador profissional, mas a dimensão ética da sua filosofia, sobretudo na relação do presente com o passado, foi sentida como um “desafio moral” por uma referência incontornável da historiografia e da historiosofia contemporâneas: Hayden White (LISBOA: 2018, 97-104). O aprofundamento do estudo da linguagem, com contributos importantes da semiótica, da linguística e da crítica literária deram origem ao chamado *linguistic turn*. White sofreu essa influência e usou as figuras de estilo metáfora, metonímia, sinédoque e ironia como marcos da classificação que propôs na sua *Metahistória* (WHITE: 1973, *passim*).

Outro historiador norte-americano deu um contributo importante numa área também projetada para o centro dos estudos históricos na sequência de Maio 68: Robert Darnton, com as suas pesquisas sobre a história do livro (DARNTON: 1984; 2010).

Desde o início da década de 1960 que as obras da maturidade de pensadores da teoria crítica – popularmente conhecida como Escola de Frankfurt – questionavam os fundamentos da cultura de massas na sociedade ocidental tal como ela evoluiu após a Segunda Guerra Mundial. Foi o caso de *Dialética Negativa*, de Theodor Adorno (1966) e sobretudo de Herbert Marcuse, cujo *Homem Unidimensional* – publicado originalmente nos EUA em 1964, mas cuja tradução francesa, pelas Éditions de Minuit, foi lançada em abril de 1968 – propunha a “grande recusa” dos sistemas capitalista e comunista, ambos repressivos, com destaque para a burocratização dos regimes de leste. Sintomaticamente, o livro fecha com uma citação de Walter Benjamin: “É apenas pelos desesperados que nos é dada esperança” (MARCUSE: 2007, 261)<sup>8</sup>. Exponente da teoria crítica é também Jürgen Habermas, cuja pesquisa em torno da esfera pública e do espaço público e concomitante defesa do princípio da publicidade (HABERMAS: 2012) ajudou a enquadrar a ação dos revoltados de Maio (HABERMAS: 1984) – mais tarde refletida e conceptualizada em *Crise de Legitimação* (1975) e na *Teoria da Ação Comunicativa* (1981).

## **CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA**

Peter Burke conclui a sua síntese sobre a história cultural – na qual apresenta o “novo paradigma” que caracteriza os estudos a que nós, aqui presentes neste IX Simpósio Nacional de História Cultural, nos dedicamos – com uma provocação (ou não estivéssemos num domínio “assombrado” pelo espectro de Maio 68): “A recente moda da história cultural tem sido uma experiência gratificante para os profissionais do ramo como eu próprio, mas nós sabemos que as modas culturais não duram muito. Mais cedo ou mais tarde haverá uma reação contra a

<sup>8</sup> Tradução minha.

‘cultura’” (BURKE: 2008, 129)<sup>9</sup>. E deixa um apelo: “Quando ela vier, temos que fazer tudo o que pudermos para garantir que os recentes ganhos no conhecimento histórico – resultado do *cultural turn* – não se perdem” (*ibidem*)<sup>10</sup>.

Entre esses ganhos conta-se certamente o reconhecimento do lugar central ocupado pela narrativa na construção do processo histórico, onde a colocou Hayden White, que também definiu a escrita da história como um ato poético (WHITE: 1984; BEBIANO: 2018).

Atos poéticos não faltaram nos acontecimentos de Maio 68, do romantismo das causas à poesia de palavras de ordem – inspiradas sobretudo nos arautos da Internacional Situacionista Guy Debord e Raoul Vaneigem, editados originalmente nos últimos meses de 1967 (DEBORD: 1991; VANEIGEM: 1980) – como “Sejam realistas, exijam o impossível”, “É proibido proibir” ou “*Sous les pavés, la plage*” (frase cuja tradução para português – “Debaixo das pedras da calçada, a praia” – não faz justiça à sensibilidade poética da original). E também não faltou o humor, quer nos cartazes quer em frases como, por exemplo, a resposta ao Presidente De Gaulle – que no dia 19 de maio tinha reagido às reivindicações dos estudantes com a declaração: “*La réforme, oui, la chienlit, non.*” (“A reforma, sim, a fantochada não.” – “*La chienlit c’est lui*” (“A fantochada é ele”).

A irreverência dos estudantes parisienses conferiu uma dimensão carnavalesca (BAYLESS: 2014, 109-112) aos acontecimentos de Maio 68. Muito desse humor tornou-se eficazmente subversivo (MARRA: 2014, 742-744) e frutificou, depois da “normalização” política da sociedade francesa, em publicações satíricas como *Le Canard Enchaîné*, *Hara-Kiri* e, sobretudo, *Charlie Hebdo* (ÖZDE-MIR: 2014, 472-478). Sabemos hoje que a construção de uma narrativa histórica que inclui, por direito próprio, o humor no legado de Maio 68, tem um preço (SERNA: 2015, 5). E que houve, em Paris, a 7 de janeiro de 2015, a curta distância do cenário dos acontecimentos de há 50 anos que aqui assinalamos, quem tenha pago esse preço com a própria vida.

## BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ARON, Raymond (1986). *L’opium des intellectuels*. Paris: Presses Pocket.

BAYLESS, Martha (2014). “Carnavalesque”. In ATTARDO, Salvatore (ed.). *Encyclopedia of Humor Studies*. Vol. 1. Los Angeles: Sage, 109-112.

BEBIANO, Rui (2018). “Hayden White e o problema da narrativa”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 6 (2018): 41-50.

BURKE, Peter (2008). *What is Cultural History?* Cambridge: Polity.

9 Tradução minha.

10 Idem.

- CARDOSO, Rui (2018). “Maio de 68. Um relâmpago no céu azul”. *Expresso*, 21-04-2018. <<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2373/html/revista-e/-e/maio-de-68-um-relam-pago-no-ceu-azul>>.
- CERTEAU, Michel de (1975). *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard.
- (1994). *La prise de parole et autres écrits politiques*. Paris: Seuil.
- COHN-BENDIT, Daniel, e LEGGEWIE, Claus (2018). “1968: Power to the Imagination”. *New York Review of Books*, Vol. 65, Nº 8, 10-05-2018, <<https://www.nybooks.com/articles/2018/05/10/1968-power-to-the-imagination/>>.
- DARNTON, Robert (2001 [1984]). *The Great Cat Massacre and other episodes in French Cultural History*. London: Penguin Books.
- (2010). *The Devil in the Holy Water or the Art of Slander from Louis XIV to Napoleon*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- DEBORD, Guy (1991 [1967]). *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Mobilis in mobile.
- DERRIDA, Jacques (1967). *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil.
- DREYFUS, Hubert, e RABINOW, Paul (1984). *Michel Foucault. Un parcours philosophique*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- GOLDMANN, Lucien (1979 [1959]). *Le Dieu caché. Étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard.
- (1980 [1959]). *Recherches dialectiques*. Paris: Gallimard.
- (1970). *Marxisme et sciences humaines*. Paris: Gallimard.
- HABERMAS, Jürgen (2012 [1962]). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (1984 [1968]). *La technique et la science comme “idéologie”*. Paris: Denoël.
- KOSELLECK, Reinhart (2011 [1979]). *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC Rio.
- LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, e REVEL, Jacques (dir.) (1978). *La Nouvelle Histoire*. Paris: RETZ.
- LE GOFF, J., e NORA, Pierre (dir.) (1977). “Apresentação”. In *Fazer a História. Vol. 1. Novos problemas*. Lisboa: Bertrand, 9-14.
- (1974). *Faire de l'histoire. Vol. 3. Nouveaux objets*. Paris: Gallimard.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel (1973). *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard.
- LEFORT, Claude (1978). *Les formes de l'histoire*. Paris: Gallimard.
- LISBOA, João Luís (2018). “Hayden White, Ricoeur e os desafios morais da História”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 6 (2018): 97-104.
- MARCUSE, Herbert (2007 [1964]). *One-Dimensional Man. Studies in the ideology of advanced industrial society*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Marginaux et les exclus dans l'histoire (Les)*, (1979). Cahiers Jussieu 5. Université Paris 7. Paris: 10/18, Union Générale d'Éditions.

- MARRA, Meredith (2014). “Subversive Humor”. In ATTARDO, Salvatore (ed.). *Encyclopedia of Humor Studies*. Vol. 2. Los Angeles: Sage, 742-744.
- MORIN, Edgar (1978). *Apud* FATELA, João. “Maio, e então?”. *Raiça & Utopia*, n° 5/6, 1978, 72.
- NORA, Pierre (dir.)(1984). *Les Lieux de Mémoire. Tome 1. La République*. Paris: Gallimard.
- ÖZDEMİR, Metin (2014). “Magazines and Newspapers Outside the United States”. In ATTARDO, Salvatore (ed.). *Encyclopedia of Humor Studies*. Vol. 2. Los Angeles: Sage, 472-478.
- RICOEUR, Paul (1983). *Temps et récit. Tome 1. L'intrigue et le récit historique*. Paris: Seuil.
- (1984). *Temps et récit. Tome 2. La configuration dans le récit de fiction*. Paris: Seuil.
- (1985). *Temps et récit. Tome 3. Le temps raconté*. Paris: Seuil.
- ROCHE, Daniel (2008). “Le Mai 68 des historiens. Entre identités narratives et histoire orale”, *La lettre du Collège de France* [En ligne], 24 décembre 2008, mis en ligne le 15 novembre 2010, consulté le 08 octobre 2018. URL: <<http://journals.openedition.org/lettre-cdf/657>>.
- SARAIVA, António José (2005 [1969]). *Maio e a crise da civilização burguesa*. Lisboa: Gradiva.
- SERNA, Pierre (dir.) (2015). *La politique du rire. Satires, caricatures et blasphèmes XVIe-XXIe siècles*. Cey-zérieu: Champ Vallon.
- VANEIGEM, Raoul (1980 [1967]). *A Arte de Viver para a Geração Nova*. Porto: Afrontamento.
- VINCENT, Bernard (1979). “Présentation”. In *Marginaux et les exclus dans l'histoire (Les)*. Cahiers Jussieu 5. Université Paris 7. Paris : 10/18, Union Générale d'Éditions, 7-15.
- WHITE, Hayden (1973). *Metahistory. The historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press.
- (1984). “The question of narrative in contemporary historical theory”. *History and Theory*, 23, no. 1 (February 1984): 1-33.

### Nota biográfica

João Pedro Rosa Ferreira é investigador integrado do CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Doutor em História e Teoria das Ideias (tese: *Castigar a rir. O humor na imprensa periódica em Portugal (1797-1835)*. <<http://hdl.handle.net/10362/43440>>) e mestre em História Cultural e Política pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Autor de *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, de artigos e comunicações apresentadas em conferências científicas em Portugal, Brasil, EUA, França e Reino Unido, além de vários livros de divulgação, entre os quais *Histórias Rocambolescas da História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 10ª edição 2016. Coeditor, com Thaís Leão Vieira, de *Humor, Língua e Linguagem: Representações culturais*. São Paulo: Edições Verona, 2017. Membro da International Society for Luso-Hispanic Humor Studies e da SHARP – Society for the History of Authorship, Reading and Publishing. Foi bolsheiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Como jornalista, desempenhou funções de direção e de coordenação editorial em revistas e jornais diários e semanários portugueses. Colaborou com as revistas brasileiras *História Viva* e *Entre Livros*.